

# O OCASO DA TELEOLOGIA NA NATUREZA HUMANA: UMA CHAVE DA CRISE DA BIOÉTICA SEGUNDO RATZINGER\*

## THE DECLINE OF TELEOLOGY IN HUMAN NATURE: A KEY TO THE CRISIS OF BIOETHICS ACCORDING TO RATZINGER

Emilio García Sánchez

Faculdade de Direito. Departamento de Ciência Política, Ética e Sociologia CEU

Universidade Cardenal Herrera. Valêncua. Espanha

[emilio.garcia@uch.ceu.es](mailto:emilio.garcia@uch.ceu.es)

**Resumo:** Através dos escritos de Joseph Ratzinger, apresentamos uma proposta analítica sobre a atual crise bioética. Os danos que estão sendo causados à inviolabilidade da vida humana e sua dignidade exigem não apenas uma ação social eficaz para protegê-los, mas também o estabelecimento de um diagnóstico nuclear a partir do qual um tratamento possa ser concebido para remediar a crise em sua raiz. O pensamento de Ratzinger oferece isso, abordando tanto as causas da crise quanto sua resolução. Sua proposta é resgatar um conceito teleológico da natureza, que restaura a inviolável sacralidade da vida humana.

**Palavras-chave:** Natureza Humana. Bioética. Teleologia.

**Abstract:** Through the writings of Joseph Ratzinger, this article presents an analytical proposal on the current bioethical crisis. The harm on the inviolability of human life and its dignity, demands not only social action to protect them, but also a nuclear diagnosis from which to design a treatment in order to remedy the crisis at its root. Ratzinger's thought offers one, addressing both the causes of the crisis and its solution. His proposal is to rescue a teleological concept of nature that might restore the sacrality of human life.

**Keywords:** Human Nature. Bioethics. Teleology.

---

\* [N.T. JTS] O presente artigo é uma tradução autorizada pela *Scripta Theologica*, em função da primeira publicação do artigo original, a saber: « El ocaso de la teleología en la naturaleza humana: Una clave de la crisis bioética según Ratzinger », *Scripta Theologica* 45, 3, p. 667-693. As citações ao longo do artigo foram traduzidas pela JTS. Já as referências e as citações em nota de rodapé, constam aqui no mesmo formato e estilo do original.

Um levantamento exploratório dos principais escritos de Ratzinger antes de seu pontificado traz à luz uma novidade intelectual incluída em seu prolífico trabalho: seu pensamento bioético. Ratzinger também aborda este campo da disciplina ética com a profundidade e sabedoria que o caracteriza. Ele enfrenta e sublinha com preocupação as ameaças bioéticas colocadas pelas práticas biomédicas e as biotecnologias atuais. Ele expressa sua preocupação com as aberrações que estão sendo causadas por uma ciência sem moral, uma ciência eticamente distorcida que está prejudicando seriamente o valor sublime da vida humana e sua especial dignidade.

O presente estudo não pretende entrar em detalhes sobre como Ratzinger analisa os conflitos bioéticos colocados pelo progresso científico e biomédico. O objetivo destas linhas é, antes de tudo, apresentar um diagnóstico. Determinar, segundo Ratzinger, os fundamentos éticos e antropológicos que foram abalados - até mesmo derrubados - e que estão na raiz da atual crise bioética. O pensamento de Ratzinger oferece uma chave decisiva para a interpretação desta crise moderna, a qual eu chamo de *desteleologização da natureza*.

Eu mostro como Ratzinger, além de seu brilhante diagnóstico, propõe um conjunto de tratamentos que, se aplicados em sua totalidade, resolveriam esta crise que enfermou o conceito natureza. Ele traça um caminho adequado de cura, marcando de forma ordenada as etapas de um processo inverso ao anterior, o que quebraria o desequilíbrio ético causado. O retorno restaurativo consiste em *re-teleologizar a natureza*, e assim resgatar a sagrada inviolabilidade da vida humana.

## 1. A MODERNA E ESCLARECIDA DESTELEOLOGIZAÇÃO DA NATUREZA: ADEUS NATUREZA, ADEUS

Ao longo dos trabalhos de Ratzinger, o termo *desteleologização* não é nomeado como tal. Em vez disso, ele expressa apropriadamente a essência de seu significado quando analisa a crise ética da modernidade. Além disso, ele faz uso particular e frequente deste processo

hermenêutico para ligar a crise na natureza com a crise bioética, ou seja, com a perda do sentido da dignidade humana.

A desteleologização<sup>1</sup> se refere a um conjunto de mudanças que foram feitas ao conceito de natureza, uma crise conceitual que vem ocorrendo há muito tempo, embora tenha aumentado desde o Iluminismo moderno. O pensamento iluminista declarou a natureza antiteleológica. Como consequência, anulou a existência de seus fins específicos intrínsecos, fins de caráter suprabiológico, não-físico ou empírico. É por causa da herança desses fins especiais na natureza humana e da inclinação natural para eles que a dignidade especial do ser humano pode ser fundada. Ao mesmo tempo, aqui se localiza essencialmente a distinção da dignidade humana com a de todos os outros seres vivos, carentes deste tipo de teleologia.

A negação do *telos* no conceito de natureza leva inexoravelmente à sua ininteligibilidade racional. E, especificamente no plano real, causa sérios danos à dignidade humana, pois a desenraiza desde seu fundamento, colocando-a em estado de desproteção<sup>2</sup>.

Ratzinger localiza nesta crise, que esvazia a natureza de seu conteúdo teleológico, a causa de uma grande parte dos problemas bioéticos. É por isso que ele expressa uma sábia preocupação ao longo de seu pensamento e com um ritmo intermitente: exigir o ressurgimento do conceito metafísico da natureza na filosofia e na moral atual, na ciência e no direito. E, enquanto se aguarda este último, recuperar ao mesmo tempo o conceito de lei natural. Este eixo - natureza/ lei natural - pode ser visto como uma das chaves que molda e dá sentido ao

---

<sup>1</sup> Vale mencionar neste ponto que um dos filósofos influentes na obra de Joseph Ratzinger é o pensador alemão Robert Spaemann, um autor que trabalhou extensiva e profundamente sobre o conceito de teleologia na natureza, seu processo de crise e suas consequências no campo da bioética. Cfr. SPAEMANN, R., «Naturaleza», en KRINGS, BAUMGARTNER y WILD (eds.), *Conceptos fundamentales de Filosofía*, Barcelona: Herder, 1978, 619-633; cfr. SPAEMANN, R., *Lo natural y lo racional. Ensayos de antropología*, Madrid: Rialp, 1989, 21-52; SPAEMANN, R., *Personas. Acerca de la distinción entre algo y alguien*, Pamplona: 2000, 191-213. Algumas obras da filósofa Ana Marta González também podem ser consideradas como referências-chave para este assunto. Cfr. GONZÁLEZ, A. M., *En busca de la naturaleza perdida. Estudios de bioética fundamental*, Pamplona: Eunsa, 2000, 25-56; cfr. GONZÁLEZ, A. M., *Naturaleza y dignidad. Um estudio desde Robert Spaemann*, Pamplona: Eunsa, 1996, 127-155; GONZÁLEZ, A. M., «Naturaleza y dignidad personal desde el pensamiento de Robert Spaemann», en QUIRÓS, A., SARMIENTO, A., MOLINA, E. y otros, *El primado de la persona en la moral contemporánea*, Pamplona: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, 1997, 215-224.

<sup>2</sup> Cfr. RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, Salamanca: Sigueme, 2005, 206.

pensamento bioético de ratzingeriano.

Ratzinger salienta que, desde o racionalismo do Iluminismo, houve uma mudança de ritmo neste processo de desteleologização, cujo estalo foi antecipado no nominalismo de Ockham e no dualismo cartesiano<sup>3</sup>. Foi uma mudança que coincidiu, não acidentalmente, com a consolidação e difusão de filosofias positivistas de caráter marcadamente antimetafísico. A promoção de seus estatutos teóricos nos diversos campos do conhecimento levou a uma progressiva “mutilação do homem”<sup>4</sup>. O resultado foi uma incapacidade cognitiva de reconhecer o *ethos* inscrito na natureza humana, um *ethos* derivado do fim ao qual o homem está destinado: a vida realizada, a felicidade, a transcendência como fim último. A mutilação da natureza resultou, por um lado, na supressão de sua abertura para esses fins e, por outro, em sua destituição como instância moral. Em suma, a negação categórica da “ideia metafísica de que no ser mesmo se encerra uma exigência ética”<sup>5</sup>.

### 1.1. O Feitiço da Liberdade e Autonomia Absolutas

A condição apriorística de alteração na natureza foi determinada pela proposta moderna de exaltar a liberdade como um valor absoluto. O novo paradigma social e ético projetado proclamou que a natureza humana deveria ser o que todos queriam que fosse, o que cada sociedade e cultura desejava livremente. Se o slogan dominante consistisse na expansão sem fim da liberdade e, consequentemente, em um direito incondicional à autodeterminação,

---

<sup>3</sup> Cfr. GONZÁLEZ, A. M., *En busca de la naturaleza perdida. Estudios de bioética fundamental*, 44; cfr. GONZÁLEZ, A. M., *Naturaleza y dignidad personal desde el pensamiento de Robert Spaemann*, 215-219.

<sup>4</sup> RATZINGER, J., *El cristiano en la crisis de Europa*, Madrid: Cristiandad, 2005, 38; cfr. RATZINGER, J., *La última conferencia de Ratzinger: Europa en la crisis de las culturas*, 6; <http://www.zenit.org/article-15746?l=spanish>: “Estas filosofías modernas ilustradas se caracterizan por el hecho de que son positivistas y por tanto antimetafísicas. Están basadas en una autolimitación de la razón positiva, que resulta adecuada en el ámbito técnico, pero que allí donde se generaliza provoca una mutilación del hombre”.

<sup>5</sup> RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, 206; cfr. RATZINGER, J., «El hombre entre la reproducción y la creación», en AA. VV., *Bioética, consideraciones filosófico-teológicas sobre un tema actual*, Madrid: Rialp, 1992, 64: «Y cuando la libertad del hombre y su investigación se emancipan del *ethos*, se niega a sí misma».

o resultado último só poderia ser a insustentabilidade definitiva da natureza.

O homem moderno desfocou a imagem originária refletida em seu ser criatura. A humanidade sempre aceitou calmamente o reconhecimento de sua dependência e necessidade dos outros como características identitárias. Agora, revolta-se contra essas características, exaltando seu orgulho acima de suas naturais limitações. Quer se emancipar das raízes de sua vida. Ele se sente provocado a empreender uma luta contra a natureza, vista como uma ameaça. E ele aspira ansiosamente a livrar-se da escravidão desta natureza<sup>6</sup>, que historicamente implantou restrições incômodas à liberdade, reprimindo o comportamento humano: “o homem não quer ser constrangido por esta realidade coercitiva de viver de e para os outros, mas quer se tornar completamente independente, ser capaz de fazer ou não fazer o que quer (...) a existência humana é um ataque à liberdade (...) no novo homem não pode mais haver aquelas dependências que limitam o eu”<sup>7</sup>.

Na propagação de tal revolução, sua própria natureza vulnerável e dependente se torna cada vez mais estranha, condições que agora estão se tornando extrínsecas à sua estrutura. À exigência de independência absoluta se acrescenta o direito de abdicar de uma lei natural obsoleta. O homem moderno está a caminho da conquista de um novo paraíso onde pode acampar livremente, movendo-se sem a coação de árvores proibidas. Em particular, ele não só procura apreender mais amplamente a árvore do bem e do mal, mas também anseia ilegitimamente por superar a última das fronteiras: apreender a árvore da vida<sup>8</sup> para criar a si mesmo e recriar sua natureza.

A substituição de seu traje nativo por roupas artificiais acaba desfigurando severamente o humano de seu verdadeiro ser. É a negação do homem, um esquecimento de si mesmo e desprezo consentido de si mesmo. No final: “o homem desaparece como homem”<sup>9</sup>. A ansiada

<sup>6</sup> Ratzinger alude neste texto às idéias descritas por Huxley em sua obra *Brave New World*: “O ser humano finalmente se emancipou de sua natureza: ele não quer mais ser um ser natural (...) As questões que surgem das profundezas do ser humano foram eliminadas”.

<sup>7</sup> RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, 213.

<sup>8</sup> Cfr. RATZINGER, J., *Dios y el Mundo*, Barcelona: Galaxia Gutenberg-Círculo de lectores, 2005, 126-129, 166.

<sup>9</sup> RATZINGER, J., *Introducción al cristianismo*, Salamanca: Sígueme, 2001, 22.

liberdade, consumada com a exaltação de sua autonomia e independência, o transforma em uma caricatura do humano, em um falso humano, “um pseudo-deus, um escravo de sua capacidade que o desintegra”<sup>10</sup>. Ele o desintegra porque o transforma precisamente no oposto de um Deus, no anti-Deus: “caminhando não para a divindade, mas para a destruição do próprio ser através da destruição da verdade”<sup>11</sup>. No final, o que resta não é nem um homem nem um deus, mas um ser amorfo corrompido até limites insuspeitos.

Para Ratzinger, estes novos homens - os contra-naturais - transformam-se em “fetiche”<sup>12</sup>. E em sua jornada idolatrizante, eles acabam subjugando o resto da humanidade e a natureza ambiental. Os sistemas ateus e totalitários desumanos, iniciados na Revolução Francesa, são uma prova gráfica da desordem promovida. Os genocídios do século XX foram sua execução mais perverso. Igualmente notáveis são os desastres ecológicos incentivados pelo desenvolvimento industrial descontrolado. Finalmente, e ainda mais grave, os numerosos escândalos bioéticos do século passado, que continuam até hoje, não devem ser ocultados: ensaios clínicos indignos em humanos, a disseminação do flagelo do aborto, os distúrbios da fertilização in vitro, a eliminação de embriões, e assim por diante. Todas essas manifestações incorporam o que Ratzinger chama de “a diabólica farsa da liberdade”<sup>13</sup>.

Nesta visão crítica, Ratzinger recorda a forte influência do iluminista Rousseau, o campeão em seu tempo desta batalha antimetafísica contra a natureza: “Para Rousseau, tudo o que é criado pela razão e pela vontade é contra a natureza, é a corrupção da natureza e está em contradição com a natureza. O conceito de natureza de Rousseau é antimetafísico e está voltado para o sonho de liberdade total, não mais regulado por nada”<sup>14</sup>. Neste contexto jacobiano, a

---

<sup>10</sup> RATZINGER, J., *Creación y pecado*, Pamplona: Eunsa-Astrolabio, 2005, 97. Cfr. RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, 213: “Detrás de ese deseo de libertad radical propio de la Edad Moderna se halla claramente la promesa: seréis como Dios... la meta implícita de todos los movimientos modernos en favor de la libertad es la de ser finalmente como un dios, no depender ni de nada ni de nadie”.

<sup>11</sup> RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, 214.

<sup>12</sup> RATZINGER, J., *Caminos hacia Jesucristo*, Madrid: Cristiandad, 2004, 96.

<sup>13</sup> RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, 214 y 220. Cfr. *Caminos hacia Jesucristo*, 96: “el círculo diabólico”.

<sup>14</sup> *Ibid.*, 206-207.

autoridade, assim como as ordens institucionais ou tradicionais, que se opõem à autonomia e à liberdade como valores supremos, são inaceitáveis. Uma máxima prevalece no homem: “ele não quer ser uma criatura porque não quer ser medido, ele não quer ser dependente”<sup>15</sup>.

Algumas dessas abordagens mais tarde ressurgiram com maior poder sugestivo no pensamento de Nietzsche. A exaltação do super-homem devia enterrar dois sinais de fraqueza humana que o haviam escravizado: a dependência dos outros - sob a forma de ajuda e compaixão - e a existência de uma ordem moral interna. Nietzsche “contrasta a embriaguez dionisíaca com a embriaguez apolínea, evocando assim as oposições primordiais existentes na história das religiões: as ordens da razão representadas por Apolo corrompem a embriaguez livre e ilimitada da natureza”<sup>16</sup>.

Mas, nesta dissolução ininterrupta da natureza, Ratzinger observa que é com J.-P. Sartre que se alcança a mais radical de toda posição desteleologizante: “O homem não tem natureza... o ser humano é indeterminado. Trata-se de uma questão não resolvida. Eu mesmo devo decidir o que entendo pelo ser humano. O homem não tem natureza, mas apenas liberdade”<sup>17</sup>. Como pode ser visto, a abordagem de Sartre não consiste tanto em uma forte crítica à natureza, mas sim em uma drástica tanto uma forte crítica à natureza como uma proclamação drástica de seu desaparecimento e inexistência.

Poderia ser visto como o final do processo de decomposição crítica, sua frase final: não há natureza, nem nunca houve. Inevitavelmente, nesta sentença antinatural, serão incluídos danos irreparáveis à dignidade humana como uma propriedade intrínseca da natureza. Pois se a natureza for anulada, que conceito de dignidade humana pode ser definido e aceito? De que dependerá sua fundação e proteção?

Tudo se tornou uma espécie de enfeitiçamento pelo louco sonho de liberdade sem limites, um falso encantamento por uma promessa humana do infinito aqui na terra. Como

<sup>15</sup> RATZINGER, J., *Creación y pecado*, 96. Cfr. RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, 210: «La ley y el orden aparecen como contrarios a la libertad»

<sup>16</sup> RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, 210.

<sup>17</sup> *Ibid.*

Ratzinger afirmará em outro momento, o sonho de independência daquilo que torna o homem mais humano e contraditoriamente mais infinito e divino será perseguido: amor pelo outro, pelos fracos, pelos necessitados: “O homem se separa da verdadeira riqueza de seu ser, ele se esvazia, e a oposição ao seu próprio ser se torna inevitável. Não é bom ser um homem (...), é a lógica da morte. Ela abre o caminho para o aborto, para a eutanásia e para o abuso dos mais fracos”<sup>18</sup>.

### 1.2. Esbater o limite entre o bem e o mal

Entre as consequências derivadas deste processo de desteleologização, duas se destacam por seus efeitos particularmente bioéticos: o ceticismo em relação ao conhecimento da verdade e a rejeição dos absolutos morais que tutelam o comportamento das pessoas. Duas atitudes tipicamente modernas que consideram a verdade moral como uma limitação incompreensível para o conhecimento humano e a liberdade<sup>19</sup>: “não se deve e não se pode considerar as limitações do bem e do mal, as da moralidade; em realidade, é preciso simplesmente libertar-se delas, suprimindo-as”<sup>20</sup>.

Neste contexto, está surgindo cada vez mais um relativismo ético que oblitera a natureza humana como uma fonte objetiva da qual emanam valores éticos universais, reconhecidos por todos e sempre. Não existe mais na natureza humana “uma linguagem que seja moral em si mesma”<sup>21</sup>.

Se a verdade derivada da natureza não pode se impor, é inviável construir uma ética

<sup>18</sup> RATZINGER, J., «La dignidad de la vida. Discurso ante el Consistorio Extraordinario de Cardenales, acerca del tema de la vida (4 al 7 de abril de 1991)», en ID., *El Elogio de la Conciencia*, Madrid: Palabra 2010, 50.

<sup>19</sup> Cfr. RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, 162. Nesta ocasião, recolhe Ratzinger a conhecida afirmação de Umberto Eco em seu livro *El nombre de la rosa*: «La única verdad se llama aprender a liberarse de la morbosa pasión por la verdad». Cfr. también RATZINGER, J., «La bioética en la perspectiva cristiana», Roma: *Dolentium Hominum*, 18 (1991/III) 10-11.

<sup>20</sup> RATZINGER, J., *Creación y pecado*, 93. Cfr. *Caminos hacia Jesucristo*, 96-97.

<sup>21</sup> RATZINGER, J. y MESSORI, V., *Informe sobre la fe*, Madrid: BAC popular, 97.

universal. Perderam-se os fundamentos sobre os quais fazê-lo. Tal descrédito ético<sup>22</sup> deixa o homem órfão de seu instrumento moral mais próximo: a consciência e seus ditames. Sem a natureza, não pode haver consciência moral. É a manifestação lógica de sua anulação. Obrigam o homem a abdicar daquela capacidade conatural que lhe permite abrir sua razão a uma verdade objetiva, universal e igual para todos... para distinguir o bem do mal. Ela está confinada a uma esfera completamente privada: “a consciência nada mais é do que subjetividade elevada ao critério final de ação”<sup>23</sup>. Portanto, haverá tantas consciências quanto indivíduos, com o critério moral de que qualquer decisão que venha da subjetividade da consciência virá com o selo de validade.

O silêncio e o ostracismo aos quais a natureza humana como fonte de moralidade foi abandonada relega o bem e o mal à mera sociologia, psicologia e estatística<sup>24</sup>. Os limites do bem e do mal devem agora ser determinados por propriedades exteriores, e quando esses limites são excedidos, eles são subjetiva e arbitrariamente reinventados por quem quer que deseje fazê-lo.

No final, acaba-se cedendo a ponto de causar um apagão daquela faculdade inata do homem que lhe permite perceber a luz moral que é um reflexo de sua natureza<sup>25</sup>. Porque ao reivindicar a liberdade total, a natureza já deixa de ser a medida do homem moderno. Assim, a consciência moral é inflexivelmente silenciada para que em seu lugar possa ampliar-se o volume da comodidade e do proveito, que se supõe ao se deixar de ouvir as exigências que batem nas profundezas de seu ser<sup>26</sup>.

A nova normativa moral consiste no fato de que não existem normas, ou de uma forma

---

<sup>22</sup> Cfr. RATZINGER, J., *Introducción al cristianismo*, 18; cfr. RATZINGER, J., *Europa, raíces, identidad y misión*, Madrid: Ciudad Nueva, 2005, 28: «nuestro problema sigue siendo la disolución de la conciencia de los valores morales intangibles».

<sup>23</sup> RATZINGER, J., *La dignidad de la vida*, 45.

<sup>24</sup> Cfr. RATZINGER, J., *Creación y pecado*, 88.

<sup>25</sup> Cfr. RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, 206.

<sup>26</sup> Cfr. RATZINGER, J., *El cristiano en la crisis de Europa*, 87, 90.

mais refinada: que não existem normas invioláveis<sup>27</sup> já que “a única coisa que resta são as regras de trânsito de conduta humana que serão justificadas ou rejeitadas de acordo com sua utilidade<sup>28</sup>... (...) a norma é o que vai contra a natureza, e o homem vive contra a verdade e até mesmo contra a natureza”<sup>29</sup>. Inicia-se um caminho de perversão moral que nega a própria realidade, forçando-a a expressar e dizer o que não é. Somente esta lógica antirrealista pode justificar a prática de atos intrinsecamente maus, que atacam intencionalmente a vida e a dignidade humana.

Finalmente, Ratzinger argumenta que a extensão de tal decadência moral é a essência da tentação que percorre a história de todos os tempos e o panorama da sociedade atual<sup>30</sup>. O bem, o mal e a natureza da qual eles brotam se tornaram ultrapassados, antiquados. A doutrina de que o *ethos* do ser humano permite a harmonia com a natureza das coisas “é acusada de mitologia”<sup>31</sup>. E o que a humanidade considerou elementarmente como bom ou mau<sup>32</sup> já não o é. Não são categorias objetivas, mas remanescentes arcaicos de tradições primitivas perdidas no tempo.

Em suma, os postulados da filosofia moderna e iluminista - nem todos eles críticos e inconvenientes - intervieram ao desenraizar o homem de sua história, de suas raízes, arrancando sua lei natural, que expressa sua mensagem moral interior. Mas, como Ratzinger adverte: “se o pilar mestre for desenraizado - lei natural - sobre o que se assenta o ordenamento da vida humana, a pessoa irá desintegrando-se paulatinamente”<sup>33</sup>. E entre outras coisas, esta desordem interposta significa o desaparecimento da dignidade humana, dado que o valor da vida e sua inviolabilidade se tornam um problema circunstancial e imprevisível, ou seja, uma

---

<sup>27</sup> *Ibid.*, 85. Cfr. también *Fe, verdad y tolerancia*, 205.

<sup>28</sup> RATZINGER, J., *Introducción al cristianismo*, 30.

<sup>29</sup> RATZINGER, J., *El cristiano en la crisis de Europa*, 87.

<sup>30</sup> Cfr. *ibid.*, 89.

<sup>31</sup> RATZINGER, J., *El hombre entre la reproducción y la creación*, 63; cfr. también RATZINGER, J., *Introducción al cristianismo*, 30.

<sup>32</sup> Cfr. RATZINGER, J., *Europa, raíces, identidad y misión*, 27.

<sup>33</sup> RATZINGER, J., *Dios y el Mundo*, o. c., 158. Cfr. *El cristiano en la crisis de Europa*, 41: «y es que un árbol sin raíces terminará secándose».

questão relativa dentro do mar flutuante de opiniões que prevalece na sociedade em um dado momento<sup>34</sup>.

### 1.3. Bioética e biopolíticas antinaturais: o perigo de comprometer a dignidade humana

Negar a natureza humana e inverter suas instruções teleologizantes - seus fins - dificulta seriamente o reconhecimento de um valor ético intrínseco nos atos humanos. Na relação do homem com o homem e com o mundo, não haveria mais nenhum ato considerado mau ou bom em si mesmo. Na prática - e especificamente na prática biomédica - tal desequilíbrio torna necessário aceitar a variabilidade na avaliação ética da comissão de danos objetivos e intencionais à vida. Eles podem não significar sempre a mesma coisa, podem até ser justificados como um bem em certas circunstâncias. Isso dependeria. Porque em um mundo e sociedade multicultural e multi-religiosa, os campos da visão ética se expandiram, proliferando as possibilidades de interpretação da realidade, incluindo a dignidade humana. E como ditam os cânones de tolerância social, todas essas opções ou abordagens éticas gozariam de igual validade e respeito.

Nesta floresta relativista, é gerado um húmus do qual brotará a bioética com sobrenomes, ou seja, com adições necessárias que justificam suas chaves éticas diferentes e até opostas. A lógica relativista - sua argumentação - exige o estabelecimento de uma bioética única que seja suficiente e a mesma para resolver adequadamente as questões conflituosas sobre a vida humana. Além disso, existe um acordo tácito para rejeitar a possibilidade de um único *ethos* que conseguisse uma visão geral do que é bom e mau para todos, hoje e sempre. Tal *ethos* seria rotulado como imponente ou sectário. Por esta razão, algumas das versões bioéticas que serão divulgadas acabarão incorporando em seus estatutos postulados antimetafísicos e

---

<sup>34</sup> Cfr. RATZINGER, J., *El cristiano en la crisis de Europa*, 55.

relativistas negadores do conceito de natureza. Surge assim uma rede de correntes bioéticas não naturais, decorrentes de uma ética liberal, emotivista, contratualista, consequencialista/proportionalista, etc.

Os efeitos resultantes serão de aprovação ética duvidosa e até mesmo de aplicação perigosa à dignidade humana, um valor ou propriedade que todos eles afirmam defender<sup>35</sup>. Precisamente, seu problema mais crítico inerente reside em partir de um defeito de fábrica: a negação da natureza. Eles nascem e são administrados com uma falta metafísica de foco sobre quem é o homem.

No relativismo desenfreado, tudo depende do jogo aleatório de consequências, resultados e benefícios de ações conscientes. Mesmo os próprios sentimentos, que estão assumindo um papel cada vez mais proeminente nas negociações éticas, podem influenciar o julgamento final de uma ação. Sem minimizar sua importância no comportamento e nas decisões humanas, sempre foi dada menos confiabilidade e segurança aos sentimentos na interpretação ou julgamento ético da realidade. Dada a sua natureza inconstante, foi-lhes atribuído um papel auxiliar. Mas agora, em sociedades modernas altamente psicologizadas, os sentimentos e emoções se tornaram hipertrofiados e foram elevados à categoria de virtudes ou critérios morais sólidos<sup>36</sup>. Em qualquer caso, e sem negligenciar esta nova função atribuída ao coração, na prática do julgamento ético, há uma tendência a aceitar que o mais seguro de tudo é o consenso. Há um estabelecimento gradual da convicção de que o veredicto ético é emitido por um acordo deliberado, um acordo que goza da impossibilidade de errar por seu próprio procedimento interno.

A consolidação do consenso como sistema avaliativo foi precedida por uma resolução - consensual - a que chegaram os fortes defensores do relativismo. Eles reconheceram que a

---

<sup>35</sup> RATZINGER, J. y MESSORI, V., *Informe sobre la fe*, 99-100; cfr. RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, 217; cfr. también RATZINGER, J., *Introducción al cristianismo*, 30; cfr. RATZINGER, J., *Ser cristiano en la era neopagana*, Madrid: Encuentro, 149.

<sup>36</sup> Sobre esta questão referente ao emotivismo ético podem ser consultados os seguintes escritos: MACINTYRE, A., *Tras la virtud*, Barcelona: Crítica, 1987, 44 y 153; cfr. FLAMARIQUE, L., «Emociones versus normas. El confinamiento psicológico de la experiencia social», *Pensamiento y Cultura* 13 (2009) 6-18.

eliminação categórica das noções de certo e errado moral não era funcional para resolver os crescentes problemas bioéticos colocados pelo trabalho biomédico. E em vista da polêmica que ademais desperta o pluralismo confessional, concluiu-se que a coisa mais simples - ou seja, a mais prática - a fazer é estabelecer padrões morais mínimos sob a forma de princípios ou acordos. Isto é o que Ratzinger chama de “padrões mínimos para emergências”<sup>37</sup>. Na opinião de todos, um mínimo de moralidade é necessário, pois de outra forma é impraticável - mesmo inexplicável - que tudo seja matematicamente relativo, mesmo que teoricamente o sacralizem como um postulado inquestionável. Sem dúvida, alguns desses mínimos morais não seriam necessariamente desprezíveis só porque são mínimos; além disso, poderiam ser estendidos aos máximos. Mais cedo ou mais tarde, porém, o que descobrimos é que mesmo estes pequenos acordos morais perdem consistência porque o procedimento de consenso que os estabeleceu é forte e inevitavelmente influenciado pela utilidade e bem-estar, consequências e resultados<sup>38</sup>.

Em qualquer caso, e apesar desta fraqueza óbvia, no final, quando surgem conflitos bioéticos, o procedimento adotado tanto nas democracias como em outro nível nos comitês de ética é transferir à maioria a deliberação do julgamento ético e a decisão a ser tomada. Consenso ou voto majoritário torna-se assim o princípio e a raiz do valor moral: a fonte da verdade e do bem. Ao ponto de “a verdade ser substituída pelo consenso”<sup>39</sup>. Entretanto, a história recente das maiorias parlamentares já mostrou ao mundo a inconsistência de seu consenso, especialmente quando se trata de decidir sobre a dignidade humana e o direito à vida: “Todos podem ver como o consenso é frágil, e como grupos partidários, em um

---

<sup>37</sup> RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, 209. Cfr. RATZINGER, J., *La última conferencia de Ratzinger: Europa en la crisis de las culturas*, 3: «pero hay que admitir de todos modos que la moral es necesaria aunque desaparezca como categoría y sea identificada de otro modo».

<sup>38</sup> Cfr. RATZINGER, J., *El cristiano en la crisis de Europa*, 29 y 57; cfr. RATZINGER, J., *La última conferencia de Ratzinger: Europa en la crisis de las culturas*, 3: «el cálculo de las consecuencias determina lo que se debe considerar como moral o no moral. Y así la categoría de bien, como había sido expuesta claramente por Kant, desaparece. Nada es en sí bueno o malo, todo depende de las consecuencias que una acción permite prever».

<sup>39</sup> RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, 166. Ratzinger explica que los consensos democráticos no pueden convertirse en sustitutivos de la moralidad, en la instancia definitiva por encima de la cual no hay ni puede haber ninguna otra, ideas que trae a colación con ocasión de la *Evangelium vitae* en sus números 68-74; cfr. también *Verdad, Valores, Poder*, Madrid: Rialp, 1995, 100.

determinado grupo intelectual, podem se impor como os únicos representantes justificados do progresso e da responsabilidade”<sup>40</sup>.

Ratzinger está preocupado por ser uma coletividade tendenciosa e ideologizada que arrogou para si mesma o poder da verdade ética<sup>41</sup>. E assim ele defende firmemente que: “a maioria não pode ser o princípio último; que há valores que nenhuma maioria tem o direito de revogar”. A matança de inocentes nunca pode ser elevada à lei por nenhum poder (...) a razão, a razão moral é superior à maioria”<sup>42</sup>. Se o que prevalece é a lei ética da maioria, uma ética do resultado como base das éticas teleológicas ou proporcionalistas: “então a inviolabilidade da dignidade humana desaparece, porque nesse caso não há mais nada que seja bom ou mau em si mesmo”<sup>43</sup>. No final, respeitar ou não a vida humana - quer seja ou não correto protegê-la - teria que se conformar à aprovação da maioria ou depender do equilíbrio final dos benefícios. Assim, no campo biomédico, muitas ações serão justificadas eticamente, uma vez que tenham sido previamente peneiradas através do filtro da maioria e dos benefícios. Assim, por exemplo, a produção de embriões e técnicas de seleção que procuram intencionalmente curar doenças não levantariam dúvidas éticas: “o homem poderia ser explorado desde que o bem esperado fosse suficientemente grande”<sup>44</sup>. Como resultado, a vida humana e sua dignidade são deixadas servilmente nas mãos de uma classe dominante que, de acordo com seus próprios critérios, acabaria decidindo quem deveria viver e quem não deveria: “aqueles que têm poder científico e aqueles que administraram os meios decidem o destino de outros homens”<sup>45</sup>. O acordo social estabelecido por uma maioria, e o interesse geral, teria o

---

<sup>40</sup> RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, 218.

<sup>41</sup> Cfr. BLANCO, P., «El pensamiento teológico de Joseph Ratzinger», *Scripta Theologica* 44 (2012) 273-303.

<sup>42</sup> RATZINGER, J., *Europa, raíces, identidad y misión*, 64.

<sup>43</sup> RATZINGER, J., *Introducción al cristianismo*, 30; cfr. *Verdad, Valores, Poder*, 61: «la verdad, lo absoluto, el punto de referencia del pensamiento ha dejado de ser evidente (...). En un mundo sin puntos de medida fijos no hay dirección. Lo que consideramos dirección no descansa en una medida verdadera, sino en una decisión nuestra, y en última instancia, en el punto de vista de la utilidad. En un contexto relativista así, la ética teleológica o consecuencialista se convierte en una ética nihilista».

<sup>44</sup> RATZINGER, J., *Europa, raíces, identidad y misión*, 42; cfr. *ibid.*, 72.

<sup>45</sup> *Ibid.*, 42.

poder de dispor utilmente da vida do não nascido (o embrião, o feto), do doente terminal..., legislando e autorizando certas práticas que destroem a vida<sup>46</sup>.

Por outro lado, aquele grupo de minorias que não pode decidir - os incapacitados, os vulneráveis em geral - seria expulso do debate público, das decisões políticas. Eles não seriam ouvidos no tumulto de uma voz majoritária que havia se tornado o critério do direito<sup>47</sup> e, portanto, o critério da moral estatal e social. A perversão do ideal democrático, que mina os próprios fundamentos do Estado, alcançaria seu auge “quando o Estado se arrogaria o direito de definir quais seres humanos são ou não sujeitos de direitos, dando a uns o poder de violar o direito fundamental de outros à vida”<sup>48</sup>.

Em conclusão, a bioética baseada no consensualismo ou no contrato social não oferece garantias morais suficientes. Se continuarem a se basear em concepções errôneas sobre quem é o homem e qual é sua natureza<sup>49</sup>, a inviolabilidade sagrada da vida humana se tornaria uma questão de meros convencionalismos.

## 2. O RESGATE DA NATUREZA E DA DIGNIDADE HUMANA: DE VOLTA À CRIAÇÃO

O processo de crise que ocorreu na natureza e na dignidade deixa um quadro bioético que certamente é preocupante. Por esta razão, uma intervenção de resgate é urgentemente necessária. O objetivo: recuperar o conteúdo metafísico do conceito de natureza, um conceito que é intrinsecamente teleológico. Ou seja, restaurar à natureza humana os fins superiores que lhe correspondem e que permitem sua inteligibilidade racional e seu caráter perfectivo. Somente assim o homem pode se entender pelo que ele é, um ser aberto à Transcendência.

---

<sup>46</sup> Cfr. RATZINGER, J., *La dignidad de la vida*, 41-42.

<sup>47</sup> *Ibid.*, 44.

<sup>48</sup> RATZINGER, J., *La dignidad de la vida*, 44; cfr. Instrucción *Donum Vitae. Sobre el respeto de la vida humana naciente y la dignidad de la procreación*, Introducción III (del Card. Ratzinger), Ciudad del Vaticano: Librería Editrice Vaticana, 1987, AAS 80 (1988) 71.

<sup>49</sup> Cfr. también RATZINGER, J., «La Bioética en la perspectiva cristiana», 14.

Esta é a condição para alcançar a felicidade humana, que lhe permite desenvolver-se em direção ao seu fim último. É a partir daqui que Ratzinger sugere a reconstrução de um verdadeiro *ethos*, que salvaguarda e exalta a dignidade do homem. Ele se propõe a reabilitar dentro do homem a abertura à verdade completa sobre si mesmo, para que ele possa se reconhecer e se sentir teleologizado, como um objetivo final<sup>50</sup>. “Na mente do mundo cristão primitivo, os conceitos de natureza, homem, Deus, *ethos* e religião estão inextricavelmente entrelaçados”<sup>51</sup>.

## 2.1. Ouvir novamente a Sinfonia da Criação: o verdadeiro som da natureza

Ratzinger sustenta que a saída para esta crise bioética requer o retorno do homem às origens de sua criação. Para levá-lo de volta ao Gênesis a fim de recompor de lá a partitura de sua natureza.

Resgatar a natureza humana e reposicioná-la como um fundamento ético significa reimprimir modernamente as instruções originais com as quais o homem foi moldado por seu Criador: “só assim podemos mover o Universo e nós mesmos para frente”<sup>52</sup>. O homem precisa colocar sua natureza autêntica para viver novamente sua moralidade natural e, desta forma, “poder ser ele mesmo e não perder sua própria identidade no mundo das coisas”<sup>53</sup>.

Ratzinger está plenamente convencido de que a restauração da natureza humana como fonte e refúgio da moralidade torna possível salvaguardar a verdade e a dignidade do homem, porque: “a natureza traz dentro de si o *ethos* e a dignidade, e assim constitui a exigência jurídica de nossa libertação, e, ao mesmo tempo, a sua medida”<sup>54</sup>. O homem deve mais uma vez ouvir

---

<sup>50</sup> Cfr. también RATZINGER, J., «La Bioética en la perspectiva cristiana», 14; cfr. RATZINGER, J., *Europa, raíces, identidad y misión*, 42.

<sup>51</sup> RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, 159.

<sup>52</sup> RATZINGER, J., *Creación y pecado*, 63.

<sup>53</sup> RATZINGER, J., *El cristiano en la crisis de Europa*, 65; cfr. RATZINGER, J., *Ser cristiano en la era neopagana*, 149: «el hombre en cuanto hombre tiene en sí el derecho de ser sí mismo, tiene en sí una dimensión moral».

<sup>54</sup> RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, 206. Cfr. *ibid.*, 214: «la libertad tiene que medirse por lo que yo soy, por lo que nosotros somos; en caso contrario se suprime a sí misma»; cfr. *ibid.*, 222: «la ética filosófica no puede

claramente a sinfonia da criação, “o hino do universo”<sup>55</sup> que há muito tempo tem sido silenciada. Ele precisa repreender a linguagem das origens e seu alfabeto metafísico, pois “a racionalidade interna da criação é maior do que a razão do homo faber”<sup>56</sup>. Necessita despertar sua memória remota que tem sido enterrada pela ignorância e manipulação. Descobrir o que estava gravado dentro de sua consciência moral, a saber: “a memória primordial do bem e do verdadeiro”<sup>57</sup>.

O processo teleologizante consiste em substituir o *ethos* evolucionista<sup>58</sup> e o *ethos* formulado a partir do consenso por um *ethos* natural inscrito no ser humano. Teleologizar a natureza significa libertá-la da prisão relativista, resgatando-a do orfanato niilista em que ela se encontrava. E assim, para respirar ar fresco novamente, para sair à superfície natural e se familiarizar com o som e a mensagem profunda que vem de sua existência e do mundo<sup>59</sup>. É uma exigência humana contemplar mais uma vez a luz de sua verdade, à qual está aberta, mas sem a necessidade de imposições procedentes de instâncias humanas, de postulados científicos, de acordos, etc.

O processo inverso de desnaturalização é, portanto, uma viagem de retorno ao estado original, colocando o homem e a humanidade de volta no jardim do Éden, no paraíso. Este é o estado histórico e o tempo da humanidade, onde nem o homem nem a natureza se apresentavam como antagônicos e ameaçadores uns para os outros. Pelo contrário, o homem via a terra e a si mesmo como um presente, um bem. Respeitando e sendo consciente da ordem

---

renunciar a la idea de Dios y no puede renunciar a la verdad del ser que tenga carácter ético. Si no hay verdad acerca del hombre, el hombre no tiene tampoco libertad. Sólo la verdad hace libres».

<sup>55</sup> RATZINGER, J., *El hombre entre la reproducción y la creación*, 56.

<sup>56</sup> *Ibid.*, 63; cfr. RATZINGER, J., *Introducción al cristianismo*, 66, refiriéndose al restablecimiento y recuperación del sentido del hombre afirma que: «El sentido no viene del saber, y quererlo conseguir a base del saber demostrable de la factibilidad sería tan absurdo como la pretensión de Münchhausen, que quería salir del estanque tirándose de los pelos».

<sup>57</sup> RATZINGER, J., *Verdad, Valores, Poder*, 67.

<sup>58</sup> RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, 159: «es un *ethos* que tiene pocas cosas consoladoras que ofrecer; y aunque de múltiples maneras se trate de embellecerlo sigue siendo en último término un *ethos* cruel». Cfr. também sobre o *ethos* evolucionista: *Europa, raíces, identidad y misión*, 41.

<sup>59</sup> RATZINGER, J., *El cristiano en la crisis de Europa*, 84.

inteligível do criado – isto é de seus próprio *telos* –, ele não a explorou, mas, ao contrário, cuidou dela. Eles mutuamente se cuidavam<sup>60</sup> por meio de uma atitude de serviço na qual “se manifesta uma compreensão de suas possibilidades internas e se exige uma forma cuidadosa de uso na qual o homem se coloca a serviço da natureza e a natureza a serviço do homem”<sup>61</sup>.

Para refrear o poder nocivo que o homem desteleologizado provou ter, é necessário reconhecer desde a filosofia, a moral, o direito e a ciência, que todo ser humano possui uma natureza que constitui o fundamento prévio de sua dignidade. Uma natureza, incluindo uma natureza biológica, que deve começar a ser teleologizada desde seu início na fertilização. Pois é precisamente a partir desse momento originário do indivíduo humano que lhe é devida a sua dignidade. Deve ser esta natureza - e não o direito à liberdade individual<sup>62</sup> ou ao cálculo dos bens - que se torna o valor incontestável aceito por todos, o filtro condicionador pelo qual devem passar as ações sobre a vida humana.

Caso contrário, esquecer quem o homem realmente é, sua essência, e, portanto, desconhecer a razão de sua sublime dignidade, é deixar a porta aberta para uma série transformação ontológica de seu ser. Em síntese, sua consideração de si mesmo como um sujeito individual e irrepetível, querido como um fim em si mesmo, seria anulada. A partir desse momento, ele começaria a ser utilizado como objeto ou coisa, ou no melhor dos casos, a ser contemplado sob uma condição exclusivamente naturalista, mais uma espécie ou elemento do reino animal. Haveria um duplo fracasso no reconhecimento da dignidade humana: tanto do indivíduo reificado quanto do próprio agente coisificador<sup>63</sup>. Ambos se tornariam uma coisa entre as coisas, e seria aprovado que as mesmas ações poderiam ser realizadas sobre eles como são realizadas sobre meros materiais, ou seja: produzir, usar, substituir, manipular e destruir.

---

<sup>60</sup> Cfr. RATZINGER, J., *Creación y pecado*, 91.

<sup>61</sup> RATZINGER, J., *Europa, raíces, identidad y misión*, 44.

<sup>62</sup> Cfr. RATZINGER, J., *El cristiano en la crisis de Europa*, 57.

<sup>63</sup> Cfr. *ibid.*, 65; cfr. também RATZINGER, J., *Introducción al cristianismo*, 22.

## 2.2. Fixar o olhar ético nas ciências empíricas e experimentais

O saber factível e previsível, contido no método científico, é uma via apropriada de conhecer alguns aspectos do homem e de sua natureza, mas não para compreendê-lo ou para conhecer seus fundamentos. Tendo em mente que o que é factual - o que pode ser experimentado - está inevitavelmente localizado em seu sistema, na verdade, ele só pode “limitar-se essencialmente ao que é aparente e funcional”<sup>64</sup>. E esta é sua profunda falha, que deve ser reconhecida como uma limitação insuperável de seu procedimento: a verdade, a própria coisa, escapa a seu conhecimento<sup>65</sup>. Ela precisa de outros conhecimentos que reúnam todas as dimensões do ser humano. Ela requer outros conhecimentos que ampliam o olhar e o ajudam a ver que há mais na realidade do que se vê: “desta forma permanecerá aberta à totalidade, às dimensões ulteriores da realidade do homem, da que a ciência só pode mostrar aspectos particulares”<sup>66</sup>. A fim de completar o reconhecimento da totalidade unificada do ser humano - o corporal mais o espiritual - outros insights meta-empíricos devem convergir.

Por esta razão, a ciência e os cientistas devem reconhecer que hão de expandir seus conhecimentos além de sua metodologia positiva. Eles precisam expandir sua razão para descobrir que a vida humana abriga uma natureza diferente do resto, e que não é apenas mais um ser vivo vagando sem sentido na terra. Sem rejeitar sua natureza animal, eles devem aceitar que existe algo mais do que a animalidade. Pois o homem possui uma perfeição e beleza superior a qualquer outro habitante da natureza. Ele é a espécie mais perfeita da terra, o ápice da evolução biológica. Mas a parte mais profunda de sua perfeição, que interfere e salta sobre o processo evolutivo, é sem dúvida sua inteligência e sua liberdade pessoal, características específicas que o elevam acima de todas as outras criaturas. Através deles, o homem é capaz de

---

<sup>64</sup> RATZINGER, J., *Introducción al cristianismo*, 69.

<sup>65</sup> Cfr., *ibid.*, 68.

<sup>66</sup> RATZINGER, J., *Europa, raíces, identidad y misión*, 68; cfr. RATZINGER, J., *La última conferencia de Ratzinger*, 7.

autotranscendência, capaz de amar e ser amado, capaz de compreender quem ele é. Elas refletem da maneira mais perfeita a imagem de seu Criador a quem se assemelham, tornando assim possível atribuir à vida humana e sua dignidade uma característica distintiva exclusiva: sublimidade e sacralidade. “O reconhecimento ético da sacralidade da vida - onde sua inviolabilidade é definitivamente fundada - e o esforço para respeitá-la exige fé na criação”<sup>67</sup>.

Levando em conta estes aspectos humanos transcendentais, o *ethos* - a ética - que a ciência requer não pode ser o resultado de um debate empírico ou experimental, porque simplesmente precisa incorporar variáveis que não são nem empíricas nem experimentais. Por um lado: “é a filosofia que tem a responsabilidade de acompanhar criticamente o desenvolvimento de cada ciência e de analisar criticamente conclusões precipitadas e falsas certezas sobre o que é o homem”<sup>68</sup>. E, ao mesmo tempo, requer-se estabelecer pontes entre ciência e fé, entre crença e razão<sup>69</sup>, de modo que, apoiando-se mutuamente, podem chegar a coincidir no respeito devido à vida humana<sup>70</sup>.

A ciência, portanto, precisa da aquisição de olhares complementares, também racionais, a fim de poder acessar e vislumbrar toda a verdade da natureza humana. Desta forma, está mais apta a prestar-lhe um serviço adequado, respeitando-o em sua totalidade. Caso contrário, se a ciência se separa da razão correta, encurralando o olhar ético, ela se torna patologizada porque se torna irracional, mostrando assim sua face mais ameaçadora e consequentemente prejudicial à dignidade humana. Como adverte Ratzinger: “A ciência também pode servir à desumanidade, se pensarmos em armas de destruição em massa, experimentação humana e no comércio de pessoas para a remoção de seus órgãos. Portanto,

---

<sup>67</sup> RATZINGER, J., *El cristiano en la crisis de Europa*, 66. Cfr. RATZINGER, J., *Europa, raíces, identidad y misión*, 43: «La fe en el Dios creador es la más segura garantía de la dignidad del hombre. No se puede imponer a nadie, pero, al ser un gran bien para la comunidad, puede plantear la pretensión de respeto por parte de los no creyentes»; cfr. *ibid.*, 6 y 55; cfr. RATZINGER, J., *La última conferencia de Ratzinger*, 7: «(...) no podemos perder de vista a Dios, si queremos que la dignidad humana no desaparezca».

<sup>68</sup> *Ibid.*, 68.

<sup>69</sup> Cfr. RATZINGER, J., *La dignidad de la vida*, 45.

<sup>70</sup> Cfr. RATZINGER, J., *No matarás*, Roma: L’Osservatore Romano, 7 de abril de 1995, 9.

deve ficar claro que a ciência também deve estar sujeita a critérios morais”<sup>71</sup>. É justamente aqui que a questão moral em bioética se torna crucial, pois se não for baseada na verdade sobre o homem e o propósito de sua vida, leva a uma ética técnica que aplica princípios aos organismos vivos ao invés de às pessoas<sup>72</sup>.

### 2.3. A dignidade ontológica como fundamento dos direitos humanos

Agora que o conceito de dignidade está enraizado em uma natureza humana teleológica, ofereço um passo final para superar a crise bioética. Do ponto de vista de Ratzinger, é importante esclarecer por que a dignidade ontológica do ser humano é mais do que apenas um princípio ético geral que poderia até ser aprovado como um direito. Agora é uma questão de justificar por que, se a proteção legal incondicional de toda a vida humana é desejada, a dignidade deve se tornar o próprio fundamento dos direitos humanos.

A máxima inquestionável e apriorística consiste em afirmar que a dignidade humana corresponde a todo ser humano “pelo simples fato de sua existência (...) e não por causa de sua utilidade, sua força, sua beleza, sua inteligência, sua riqueza ou sua saúde”<sup>73,74</sup>. Portanto, para o reconhecimento da dignidade de qualquer ser humano, é suficiente que ele ou ela seja

---

<sup>71</sup> RATZINGER, J., *Europa, raíces, identidad y misión*, 63.

<sup>72</sup> Cfr. RATZINGER, J., *El cristiano en la crisis de Europa*, 65. Cfr. também RATZINGER, J., «La Bioética en la perspectiva cristiana», *Dolentium Hominum* 18 (1991) 11: «La bioética se refiere igualmente a un hombre (el científico, el médico) ante otro hombre al que está tentado de no considerar y de no tratar como persona, por razones de utilidad, incluso nobles, como el bien de otras personas». Cfr. também pg. 14 da mesma fonte.

<sup>73</sup> RATZINGER, J., *La dignidad de la vida*, 48.

<sup>74</sup> Em relação às discriminações humanas que ocorreram na história recente, por obedecer a tais critérios de qualidade ou de funcionalidade racional, Ratzinger não pode deixar de recordar suas tristes lembranças da adolescência quando as políticas nazistas eliminaram seus familiares e conhecidos porque sofriam de enfermidades mentais. Cfr. RATZINGER, J., *La grandeza del ser humano es su semejanza con Dios*, Conferencia Mundial organizada por el Consejo Pontificio para la Pastoral de la Salud sobre el tema: «A imagen y semejanza de Dios: ¿siempre? Los enfermos mentales», 28 de noviembre de 1996, <http://www.zenit.org/es/articles/la-grandeza-del-ser-humanos-su-semejanza-con-Dios> [consultado 25-V-2013]: «No eran considerados como productivos. El estado se había arrogado el derecho de decidir quién merecía vivir y quién debía ser privado de la existencia en beneficio de la comunidad y de sí mismo, porque no podía ser útil a los demás ni a sí mismo (...) Constituyó una barbarie que desterró a cientos de personas de la categoría de seres humanos merecedoras de un respeto como el resto».

humano, ou seja, de natureza humana. A dignidade é plenamente legitimada assim que o evento biológico da vida é estabelecido e até o fim da vida. Este esclarecimento exclui a possibilidade de fazer a dignidade depender de qualquer outro fator, mesmo de um consenso positivo que a apoiaria e reconheceria. Não há nada externo que acrescente ao que já é significado pela natureza. Pois é todo homem - “pelo ser humano”<sup>75</sup> - por sua essência, que reivindica irrevogavelmente para si mesmo sua dignidade real e intangível, e seu direito ao respeito absoluto. “Direitos existem no próprio homem em virtude de sua própria natureza”<sup>76</sup> em virtude de sua pertença à família humana. Não são exteriores a ele, não são invenções de modernidade. Estamos falando do chamado direito natural, um direito que vem da natureza, da essência do homem: “um direito que está acima dos sistemas legais e que mostra que os homens são homens e os une uns aos outros”<sup>77</sup>, um direito que vai além das fronteiras da fé, das crenças<sup>78</sup>.

Dignidade, intrínseca e inseparável da natureza, deve erigir-se em “um pilar fundamental dos sistemas éticos, um pilar intocável”<sup>79</sup>, que impeça que o homem possa converter-se em um produto ou em um mero material de experimentação científica. “A dignidade do homem não é, portanto, nem mensurável nem qualificável, ela escapa aos parâmetros da razão científica ou técnica”<sup>80</sup>. Cosequentemente, os direitos fundamentais nela enraizados não podem ser conferidos aos homens em virtude de certas razões, mas têm um caráter anterior à intervenção do Estado. Eles “precedem a qualquer jurisdição estatal”<sup>81</sup> ou uma Declaração Universal que só pode se limitar a “reconhecê-los mas nunca a criá-los ou

---

<sup>75</sup> RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, 205: «En esto se basa el derecho natural, en la norma de los derechos internos del ser del hombre, que preceden a todos los ordenamientos jurídicos y constituyen su medida y su fundamento». Cfr. também 221.

<sup>76</sup> *Ibid.*, 206; cfr. RATZINGER, J., *Europa, raíces, identidad y misión*, 76.

<sup>77</sup> RATZINGER, J., *Europa, raíces, identidad y misión*, 74.

<sup>78</sup> Cfr., *ibid.*, 75.

<sup>79</sup> *Ibid.*, 42.

<sup>80</sup> RATZINGER, J., «A imagen y semejanza de Dios: ¿siempre? Los enfermos mentales», 1.

<sup>81</sup> RATZINGER, J., *Europa, raíces, identidad y misión*, 29.

conferi-los”<sup>82</sup>. “Há valores permanentes que brotam da natureza do homem e que, portanto, são intocáveis em todos aqueles que participam nessa natureza”<sup>83</sup>. Eles precedem qualquer contrato social, qualquer decisão da maioria e que devem ser respeitados por ela. Em essência, isto é o que se resume a uma parte importante do relevante diálogo Habermas-Ratzinger, no qual eles discutem os fundamentos pré-políticos e morais do Estado.

Evidentemente, se em um dado momento da história uma proteção universal da dignidade é alcançada através de declarações e convênios, tal resultado só pode ser aplaudido como uma vitória social, uma garantia indiscutível e um progresso humano louvável. Mas deve ficar claro que nunca se pode aceitar que o reconhecimento a priori da dignidade humana e, portanto, dos direitos - especialmente o mais fundamental deles, o direito à vida - depende dos critérios arbitrários e subjetivos de um Estado, ou depende de uma aprovação consensual por uma maioria e externa ao homem<sup>84</sup>. Há uma razão natural acima da razão do partido, e essa razão é moralmente mais justa para a sociedade porque é a razão comum a todos os homens, uma razão que respeita igualmente os direitos humanos de todos e acima de qualquer mudança de maioria<sup>85</sup>. Esta é a razão confiável que deve iluminar o caminho da ciência e dos sistemas jurídicos, e também das religiões<sup>86</sup>, um *logos* ético que protegeria as pessoas da manipulação genética, da seleção e da produção de humanos, da guerra nuclear e dos fundamentalismos religiosos, etc.<sup>87</sup>

---

<sup>82</sup> RATZINGER, J., *El cristiano en la crisis de Europa*, 59. Cfr. também, *Fe, verdad y tolerancia*, 205; cfr. *Verdad, Valores, Poder*, 103; RATZINGER, J., *Europa, raíces, identidad y misión*, 29: «el legislador ha de respetarlos siempre, están dados con anterioridad a él como valores de orden superior».

<sup>83</sup> RATZINGER, J., *Europa, raíces, identidad y misión*, 70.

<sup>84</sup> Cfr. RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, 206; cfr. *Verdad, Valores, Poder*, 102: «Elevar la mayoría a la categoría de fuente exclusiva del derecho amenaza la dignidad del hombre y propende tendencialmente al totalitarismo». Cfr. RATZINGER, J., *Ser cristiano en la era neopagana*, 150: «La mayoría no expresa necesariamente los valores fundamentales. Pensemos, por ejemplo, en el consenso universal que, en torno a la esclavitud de los africanos, se manifestó en los comienzos de la era moderna: una época entera puede estar ciega respecto a los valores fundamentales. La mayoría no puede ser un criterio suficiente para definir un valor moral». Cfr. también RATZINGER, J., *El cristiano en la crisis de Europa*, 60.

<sup>85</sup> Cfr. RATZINGER, J., *Europa, raíces, identidad y misión*, 63.

<sup>86</sup> Cfr., *ibid.*, 73.

<sup>87</sup> Cfr., *ibid.*, 71-73.

#### 2.4. Relançando o imperativo ético kantiano

Em sua lógica bioética, Ratzinger volta-se para aquele lugar comum conhecido como a regra ética de Kant, um imperativo prático de sua *Metafísica da Moral*: “agir sempre de tal forma que você trate a humanidade, tanto em sua própria pessoa como na pessoa de qualquer outra, sempre ao mesmo tempo como um fim, nunca meramente como um meio”<sup>88,89</sup>. Ratzinger sustenta que esta chave kantiana, em grande parte uma tradução da regra de ouro<sup>90</sup>, deve constituir “a regra fundamental de qualquer ética: tratar sempre o homem como um fim”<sup>91</sup>. Somente se os seres humanos forem tratados reciprocamente como sujeitos irrepetíveis, dependentes uns dos outros e impedindo sua objetivação, é possível salvaguardar e garantir a dignidade humana. “Somente se o homem for sagrado e intangível para o homem, poderemos confiar um no outro e viver juntos em paz”<sup>92</sup>.

Se as pessoas assumem um compromisso ético umas com as outras para buscar e buscar o bem do outro - ou seja, amá-las como um fim em si mesmas - então a dignidade é inicialmente protegida, assegurando primeiro que o outro viva, respeitando assim o dom da vida<sup>93</sup>. Este respeito vital sustentado conduz ulteriormente e mais facilmente à doação gratuita de si mesmo

---

<sup>88</sup> KANT, I., *Fundamentación de la metafísica de las costumbres*, Madrid: Tecnos, 2005, 119-125, Ak. IV, 430-435.

<sup>89</sup> Cfr. RATZINGER, J., «La Bioética en la perspectiva cristiana», 14.

<sup>90</sup> Lembramos que a regra de ouro é uma denominação para um princípio moral geral que pode ser expresso da seguinte forma: “trate os outros como você gostaria que eles o tratassem” (em sua forma positiva) ou “não faça aos outros o que você não gostaria que eles fizessem a você” (em sua forma negativa). É encontrado em diferentes formulações em praticamente todas as culturas, religiões ou filosofias, como uma regra fundamental. Sua universalidade justifica sua relação com aspectos inatos da natureza humana.

<sup>91</sup> RATZINGER, J., «La Bioética en la perspectiva cristiana», 14. Ratzinger insiste mais tarde neste mesmo artigo que o dever ético que então forma a regra ética se baseia na sacralidade da vida humana, que é propriedade divina.: «La sacralidad implica el deber ético, es decir, excluye la objetivación de la persona, la cual no se convierte nunca en cosa disponible para fines diversos de si, sino que es siempre sacra». También cfr. 15; cfr. Instrucción *Donum Vitae. Sobre el respeto de la vida humana naciente y la dignidad de la procreación*, Introducción I, 5.

<sup>92</sup> RATZINGER, J., *Europa, raíces, identidad y misión*, 42.

<sup>93</sup> Cfr. RATZINGER, J., «La Bioética en la perspectiva cristiana», 13.

ao outro. É a “doação abnegada de si mesmo ao outro”<sup>94</sup> que realmente permite que o outro seja tratado como um fim e assim interrompe a manipulação do outro. Importa o outro e busco seu bem por ser quem é, e não por motivos accidentais e parciais, isto é: capacidades, qualidades... que, por outro lado, nada acrescentam à sua essência ou à sua dignidade. Por esta razão, Ratzinger afirma “que a realidade do indivíduo, justamente conhecida, traz em si a referência à totalidade, a referência ao outro”<sup>95</sup>. Assegurar que as pessoas e a sociedade se entendam desta forma natural ajudaria a superar o drama desumano de considerar os outros sob condições que modulassem o interesse e o respeito por eles. Se o outro - que pode ser uma criança concebida, uma pessoa doente ou deficiente - for considerado como alguém indiferente, “uma ameaça da qual tenho que me defender”<sup>96</sup>, ou um obstáculo ao bem-estar e conforto pessoal, então o resultado é desastroso: a vida - qualquer vida - deixaria de ser um bem em si mesma e se tornaria um inconveniente, uma espécie de mal para alguns. Mas negar que a vida é um bem a ser protegido predispõe a uma falta de solidariedade cívica que corrompe o essencial da relacionalidade humana, a benevolência.

## 2.5. A inclinação instintiva para respeitar a vida humana: o Decálogo Natural

Desde sua origem, as pessoas de todas as culturas e religiões reconheceram, mais ou menos conscientemente, que carregam dentro de si uma ordem interior. Percebem o ritmo natural dos fins intrínsecos que lhe permitem distinguir-se do mundo e de outros seres vivos. E um desses fins para os quais tende, e que naturalmente tem mantido ao longo do tempo, é o reconhecimento do caráter inviolável da vida humana. Ratzinger testemunha que é uma “herança moral da humanidade”<sup>97</sup>, uma experiência universal que percorre a história da família humana e da sociedade.

---

<sup>94</sup> *Ibid.*, 14.

<sup>95</sup> RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, 216 y 218.

<sup>96</sup> RATZINGER, J., *El cristiano en la crisis de Europa*, 66; cfr. *ibid.*, 62-63.

<sup>97</sup> RATZINGER, J., *No matarás*, 9.

Inscrito no fundo do coração, o homem instintivamente percebe e aprende que a vida humana é um dom e não um castigo, uma bênção e não uma ameaça. A vida sempre foi um evento celebrativo, um fato sublime de caráter sagrado. Através de sua razão - sua consciência - o ser humano compreendeu com simplicidade a dignidade inscrita na natureza e em seus seres vivos, reconhecendo neles um valor digno de respeito, de proteção, que no final exige sua manutenção no ser e não sua aniquilação. “É uma vidência primigênia que há no ser humano de que não pode matar outro”<sup>98</sup>. Não há mais maneira natural de se comportar com os outros porque é a mais primária e inconsciente das inclinações naturais: cuidar de si mesmo, cuidar da própria vida e da dos outros e, ao mesmo tempo, cuidar da terra e de seus recursos. O primeiro dos princípios éticos - respeitar a vida - surge naturalmente em cada ser humano, surge como algo próprio e livre no ser humano. Não é verdade, portanto, que venha de uma declaração popular ou de uma imposição externa, pois não se trata de uma construção ou acordo sociocultural. É certamente lamentável que em muitas culturas ao longo da história tenham sido cometidos atos execráveis e desumanos que não foram regidos por esta inclinação natural. No final, porém, o que foi provado é que muitas pessoas - sociedades inteiras - se rebelaram contra esta forma não natural de proceder, exigindo um retorno ao que é autêntico e natural no homem, para enraizá-lo novamente em sua natureza mais profunda<sup>99</sup>. Muitas pessoas invocaram a natureza humana e em seu nome ainda hoje: “levantam sua voz contra a tentação de pré-constituir a pessoa e seu destino de acordo com meros projetos humanos, para despojá-lo de sua individualidade e com ela de sua dignidade. Respeitar a biologia é respeitar o próprio Deus; é proteger suas criaturas”<sup>100</sup>.

Em resumo, o que Ratzinger está tentando apresentar como apelo é um retorno ao Decálogo, cuja expressão é a lei natural. Ele afirma que é neste código natural que a única verdade do homem é expressa de uma forma perfeita e profunda: a relação indissolúvel entre

<sup>98</sup> RATZINGER, J., *Dios y el Mundo*, 162.

<sup>99</sup> RATZINGER, J. y MESSORI, V., *Informe sobre la fe*, 93 y 97.

<sup>100</sup> *Ibid.*, 106.

o bem de todos e a liberdade individual. “Viver o Decálogo significa viver a própria semelhança com Deus, responder à verdade da própria essência, e assim fazer o bem”<sup>101</sup>. Por isso, as verdades morais fundamentais derivadas dele devem ser protegidas das insídias do relativismo ético, e devem poder entrar legitimamente em negociações parlamentares. Constituem verdadeiros princípios que afetam diretamente a dignidade humana e que deveriam urgentemente assumir mais peso em um mundo sociocultural e político dominado pelo consenso. Quem mais, nesta sociedade multicultural, multi-religiosa e relativista, poderia estabelecer um limite para o consenso quando ela - por oposição à razão natural - também se opõe à vida e à sua dignidade incondicional?

Pelo contrário, o consenso global mais esperado, e que deveria se tornar cada vez mais forte, está naquele compromisso que reconhece a priori e por unanimidade que “o Decálogo é o fundamento de todo o direito de liberdade e a força verdadeiramente libertadora da história humana (...) É a resposta à demanda interior de nosso ser, não o polo oposto de nossa liberdade, mas a forma real dela”<sup>102</sup>.

A universal natureza em que as pessoas de todos os tempos compartilham é razão suficiente para concordar que “na realidade o Decálogo não é propriedade privada de cristãos ou judeus. É uma expressão altíssima da razão moral que, como tal, coincide amplamente com a sabedoria das outras grandes culturas (...) essencial precisamente para regenerar a razão, para dar um novo impulso à reta razão”<sup>103</sup>.

O desafio de Ratzinger é uma forte convicção de que razão e fé, ciência e religião, precisam ser reforçadas mutuamente. Ao mesmo tempo, ele propõe como tarefa fortalecer a mensagem ética do Decálogo através de um esforço para apresentá-la ao mundo de uma forma mais atraente e racional. Esta é a única base para a esperança de que “resplandeçam de novo os valores e as normas que todas as pessoas conhecem ou sentem, e assim possa adquirir nova

---

<sup>101</sup> RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, 219.

<sup>102</sup> *Ibid.*, 220.

<sup>103</sup> RATZINGER, J., *Europa, raíces, identidad y misión*, 66.

força efetiva entre os homens o que realmente mantém coeso o mundo”<sup>104</sup>.

---

<sup>104</sup> *Ibid.*, 81.

## Referências

- BLANCO, P., «El pensamiento teológico de Joseph Ratzinger», *Scripta Theologica* 44 (2012) 273-303.
- FLAMARIQUE, L., «Emociones versus normas. El confinamiento psicológico de la experiencia social», *Pensamiento y Cultura* 13 (2009) 6-18.
- GONZÁLEZ, A. M., *Naturaleza y dignidad. Un estudio desde Robert Spaemann*, Pamplona: Eunsa, 1996.
- GONZÁLEZ, A. M., «Naturaleza y dignidad personal desde el pensamiento de Robert Spaemann», en QUIRÓS, A., SARMIENTO, A., MOLINA, E. y otros, *El primado de la persona en la moral contemporánea*, Pamplona: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Navarra, 1997.
- GONZÁLEZ, A. M., *En busca de la naturaleza perdida. Estudios de bioética fundamental*, Pamplona: Eunsa, 2000.
- KANT, I., *Fundamentación de la metafísica de las costumbres*, Madrid: Tecnos, 2005.
- MACINTYRE, A., *Tras la virtud*, Barcelona: Crítica, 1987.
- RATZINGER, J. y MESSORI, V., *Informe sobre la fe*, 3 ed. Madrid: BAC popular, 1985.
- RATZINGER, J., Introducción a la Instrucción *Donum Vitae. Sobre el respeto de la vida humana naciente y la dignidad de la procreación*, Ciudad del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1987, AAS 80 (1988) 70-102.
- RATZINGER, J., «La Bioética en la perspectiva cristiana», Roma: *Dolentium Hominum* 18 (1991) 11-14.
- RATZINGER, J., *Creación y pecado*, Pamplona: Eunsa, 1992.
- RATZINGER, J., «El hombre entre la reproducción y la creación», en AA. VV., *Bioética, consideraciones filosófico-teológicas sobre un tema actual*, Madrid: Rialp, 1992, 49-66.
- RATZINGER, J., *Ser cristiano en la era neopagana*, Madrid: Encuentro, 1995.
- RATZINGER, J., *No matarás*, Roma: L'Osservatore Romano, 7 de abril de 1995.

- RATZINGER, J., *Verdad, Valores, Poder*, Madrid: Rialp, 1995.
- RATZINGER, J., *La grandeza del ser humano es su semejanza con Dios*, Conferencia Mundial organizada por el Consejo Pontificio para la Pastoral de la Salud sobre el tema: «A imagen y semejanza de Dios: ¿siempre? Los enfermos mentales», 28 de noviembre de 1996, <http://www.zenit.org/es/articles/la-grandeza-del-ser-humano-es-su-semejanza-con-Dios> [Consultado 25-V-2013].
- RATZINGER, J., *Introducción al cristianismo*, 9 ed. Salamanca: Sigueme, 2001.
- RATZINGER, J., *Caminos hacia Jesucristo*, Madrid: Cristiandad, 2004.
- RATZINGER, J., *La Sal de la tierra*, 4 ed. Madrid: Palabra, 2005.
- RATZINGER, J., *Dios y el Mundo*, Barcelona: Galaxia Gutenberg-Círculo de lectores, 2005.
- RATZINGER, J., *El cristiano en la crisis de Europa*, Madrid: Cristiandad, 2005.
- RATZINGER, J., *Europa, raíces, identidad y misión*, Madrid: Ciudad Nueva, 2005.
- RATZINGER, J., *Fe, verdad y tolerancia*, Salamanca: Sigueme, 2005.
- RATZINGER, J., *El Elogio de la Conciencia*, Madrid: Palabra, 2010.
- RATZINGER, J., *La última conferencia de Ratzinger: Europa en la crisis de las culturas*.  
<http://www.zenit.org/article-15746?l=spanish>. [Consultado 15-V-2013].
- SPAEMANN, R., «Naturaleza», en KRINGS, BAUMGARTNER y WILD (eds.), *Conceptos fundamentales de Filosofía*, Barcelona: Herder, 1978, 619-633.
- SPAEMANN, R., *Lo natural y lo racional. Ensayos de antropología*, Madrid: Rialp, 1989.
- SPAEMANN, R., *Personas. Acerca de la distinción entre algo y alguien*, Pamplona: Eunsa, 2000.

---

Creative Commons License

This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International (CC BY-NC-ND 4.0).

Received: 05/07/21

Accepted for publication: 15/08/21

Published: 11/11/21

---